

**Curso de Gestão da Mobilidade Urbana
Ensaio Crítico - Turma H**

**Avaliação do roteiro para criação do plano e mobilidade urbana
do Município de São Paulo**

Denise Lima Lopes (*)

A ideia do presente trabalho é de avaliar o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana que vem sendo criado para o município de São Paulo em contraposição ao roteiro proposto na terceira parte do Curso de Gestão da Mobilidade da ANTP. Para tanto, será inicialmente apresentado um resumo das atividades já realizadas e das ainda previstas para complementação do PlanMob do município. Vale ressaltar que, em vista de o plano ainda não ter sido encerrado e do pouco material publicado, os dados foram levantados com base em pesquisas na internet.

O longo processo de elaboração de um plano municipal de mobilidade urbana para o mais populoso município do país (IBGE, 2014) começou em 2013. Em cumprimento à Lei 12.587/12 (Brasil, 2012), já naquele ano foi constituído um grupo de trabalho compreendendo integrantes da SMT – Secretaria Municipal de Transportes, da SPTrans – São Paulo Transportes (empresa que gerencia o transporte coletivo sobre pneus) e da CET – Companhia de Engenharia de Tráfego (empresa que gerencia o tráfego da cidade).

No decorrer de 2013 foram realizadas 4 reuniões do CMTT – Conselho Municipal de Trânsito e Transporte abertas ao público e com vistas à elaboração do plano. Na primeira reunião foram coletadas as contribuições das bancadas do Conselho e iniciado o processo de apreensão do conhecimento pré-existente.

Numa segunda reunião foram definidos os coordenadores das discussões e apresentado o Plano Diretor com foco na mobilidade urbana.

Um roteiro para o desenvolvimento do plano de mobilidade foi apresentado na terceira reunião. Ele indicou os planos municipais anteriores como referência, e elencou princípios, diretrizes e objetivos do plano. Por fim, foram previstas as formas de participação social que incluíam: consulta pública (via internet) sobre proposta do plano; consulta às entidades afins (como associações de usuários, trabalhadores, transportadores e ciclistas, entre outros); consulta às entidades de classe e universidades, além de fóruns de discussão, audiências públicas e workshops (São Paulo, 2013).

O cronograma das atividades que foi apresentado nessa terceira reunião e previa, entre outros, a publicação do plano em abril de 2015, o que infelizmente não aconteceu até o presente momento.

Ainda nesse mesmo ano, na quarta reunião foram avaliadas as contribuições da SPurbano, que sugeriu a criação de uma rede expressa de corredores na cidade.

Já no início de 2014 foi constituído o grupo de trabalho intersecretarial para dar encaminhamento ao processo de elaboração do Plano Municipal. Num total de 5 reuniões do CMTT foram debatidas contribuições de diversas fontes, e houve 3 oficinas temáticas para o levantamento e organização de elementos técnicos para estruturação da proposta e produção de informações de subsídios ao plano.

No início de 2015 houve mais uma reunião do CMTT e uma frente temática para a construção do PlanMob. Segundo o cronograma (São Paulo, 2015) haveria previsão de mais uma audiência pública para a exposição dos resultados, após o que se daria a publicação do texto final.

Ao analisarmos o desenvolvimento do PlanMob de São Paulo à luz do roteiro apresentado no curso, podemos notar várias etapas em comum. No início dos trabalhos foi mobilizada uma equipe formada por integrantes das empresas de transporte, trânsito e planejamento para



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

conduzir o processo de elaboração, conforme o roteiro determina. E no início de 2014, foi definido também o grupo intersecretarial encarregado da gestão do projeto.

Houve participação pública/debate social tanto por meio das reuniões abertas do CMTT como pela pesquisa de opinião lançada via internet (para os que não tivessem oportunidade de comparecer às reuniões), além de consulta a órgãos e entidades. Há ainda a previsão de informação à sociedade por meio de audiência pública que ocorrerá depois das apresentações abertas em andamento nas sedes das subprefeituras. Contudo, quer parecer que talvez a divulgação tenha sido insuficiente, uma vez que é grande o número dos que desconhecem o planejamento em elaboração.

Ademais, não foi possível encontrar referências a: recursos materiais necessários; orçamento; e viabilização dos recursos. Da mesma forma, não foi possível identificar qualquer menção a termo de referência, contudo imagina-se que não tenha havido necessidade de contratação de parcerias ou serviços profissionais no mercado, sendo que esses recursos teriam sido selecionados do quadro de funcionários dos órgãos envolvidos. Isso explicaria a falta de termo de referência e de menção a contratações externas, e que estão previstos no roteiro do curso. Ao analisarmos as atividades do decorrer de 2014, percebemos que foram seguidos vários dos itens em comum com o roteiro proposto. Ou seja, foi considerado o conhecimento acumulado e foram identificadas as informações disponíveis para subsidiar a elaboração.

Sobre as pesquisas de dados e levantamentos bibliográficos, em São Paulo os órgãos públicos tem boa possibilidade de usar os dados colhidos regulamentemente pelos órgãos (quer sobre o sistema viário, o trânsito, os equipamentos, a origem/destino de viagens ou outros) com mínimo dispêndio de recursos. Não há, contudo, no material encontrado na internet nenhuma menção a este item detalhado no roteiro do curso.

Resumindo, quer parecer que o desenvolvimento do Plano de Mobilidade de São Paulo seguiu, em linhas gerais, os principais itens do roteiro elaborado para o Curso de Gestão da Mobilidade, o que se deseja que se converta em um indicador de sucesso para a sua implantação.

() Denise Lima Lopes, arquiteta e administradora, mestre em engenharia de transportes pela Escola Politécnica da USP, com especializações em Planejamento Urbano e de Transportes pela JICA (Japão), em Segurança de Trânsito pela SIDA (Suécia) e em Políticas Públicas e de Transportes pela Rutgers (EUA). Trabalha como gestora de trânsito para a CET – Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo há mais de 20 anos, é membro da Jari do DETRAN/SP, professora dos cursos de pós-graduação em Direito de Trânsito e Engenharia de Tráfego do CEAT, e consultora do Banco Mundial. Foi membro da Jari do DSV por 7 anos.*

Fontes:

Brasil. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jan 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência de 1º de julho de 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf>. Acesso em: 25 out 2015.

São Paulo (município) Secretaria Municipal de Transportes. **PlanMob cronograma**. São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/planmob/programacao/>>.

Acesso em 25 out 2015.

_____. **Roteiro para elaboração do plano de mobilidade urbana de São Paulo**. São Paulo, 2013. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp_2014_v23_1383815589.pdf>. Acesso em 22 out 2015.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

Prefeitura do Município de São Paulo. Portaria nº 376/14, de 7 de agosto de 2014. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 8 ago 2014. Ano 59, número 145, pg. 3.